

**COGJUS**

Laboratório de Ensino e Pesquisa em Cognição e Justiça

# Relatório de Impacto

**2024**

# Sumário

## Apresentação

03

Por que precisamos do diálogo entre Cognição e Justiça?

04

Nossa equipe

07

## Como atuamos

08

Onde atuamos

09

## Projetos e ações

10

Acompanhamento de Entrevistas Investigativas no Brasil

10

Grupo de Professores Supervisores (GPS)

12

FITE – Formação Inicial em Técnicas de Entrevista Investigativa

17

Treinamento em Reconhecimento de Pessoas

21

Apoio na criação de um POP de Depoimento Especial para a Polícia Civil de Goiás

24

Participação em Eventos

25

*Eventos Internacionais*

25

*Eventos Nacionais*

29

## Conclusão

33

# Apresentação

O CogJus, Laboratório de Ensino e Pesquisa em Cognição e Justiça, tem como missão fomentar o uso de práticas baseadas em evidências científicas para qualificar as interações do sistema de justiça e segurança pública com vítimas, testemunhas e suspeitos.

O CogJus foi fundado em 2021 como um projeto da Atitus Educação em colaboração com o Norwegian Centre for Human Rights. Em 2024 também passou a ser uma Organização Não Governamental, e, mais recentemente, recebeu o status de Grupo de Pesquisa Vinculado ao Programa de Pós Graduação em Direito da Atitus Educação.

O CogJus visa promover **diálogo contínuo entre pesquisadores e profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública para implementar procedimentos de oitivas, interrogatórios e reconhecimento de pessoas.**

Nosso objetivo é estimular ambientes de capacitação técnica, pesquisa aplicada e troca de experiências alinhadas às realidades nacionais, sempre ancorados em conhecimento científico, empírico e aos princípios de direitos humanos. Para isso, promovemos treinamentos especializados, elaboramos materiais didáticos e realizamos eventos que conectam teoria e prática, contribuindo diretamente para a qualificação das ações profissionais.

Este relatório tem como objetivo apresentar os principais avanços, ações e resultados de 2024 realizados pelo CogJus em parceria com o Norwegian Centre for Human Rights (NCHR), Ministério da Justiça, Organização das Nações Unidas, e Policiais Cíveis de diferentes estados do Brasil. Além disso, o relatório visa promover a transparência das ações do projeto, oferecendo informações relevantes para diferentes partes interessadas e contribuir para a disseminação de práticas investigativas éticas, eficazes e alinhadas aos Princípios Méndez, reforçando o compromisso da nossa organização para um sistema de justiça mais justo no Brasil.

# Por que precisamos do diálogo entre Cognição e Justiça?

Vítimas, testemunhas e pessoas suspeitas são fontes essenciais de informação para o Sistema de Justiça e Segurança Pública. Por meio de oitivas, interrogatórios e procedimentos de reconhecimento de pessoas, são produzidas informações fundamentais para a investigação e julgamento de fatos. Esses relatos podem influenciar diretamente decisões judiciais e ter impactos profundos na vida dos envolvidos.

**A qualidade e a confiabilidade das informações obtidas em oitivas, interrogatórios e reconhecimentos estão diretamente ligadas à forma como são coletadas.** Perguntas mal formuladas durante uma oitiva ou interrogatório podem limitar o relato ou in-

duzir respostas, comprometendo a veracidade das informações. Técnicas inadequadas de entrevista podem levar vítimas e testemunhas a fornecer informações imprecisas, favorecer a formação de falsas memórias ou mesmo induzir suspeitos inocentes a confessar crimes que não cometeram. De forma similar, os métodos utilizados para o reconhecimento de um suspeito podem sugerir a resposta de vítimas e testemunhas e levar uma pessoa a ser reconhecida como autora de um crime que não cometeu.

Pesquisas indicam que a ausência de protocolos padronizados e de treinamentos baseados em evidências científicas contribui para práticas prejudiciais, como o uso de perguntas sugestivas e a coerção psicológica<sup>1,2</sup>.

1 Clarke, C., & Milne, R. (2001). A national evaluation of the PEACE Investigative Interviewing Course (p. 187). London: Home office.

2 Ceconello, W. W., Milne, R., & Stein, L. M. (2022). Oitivas e interrogatórios baseados em evidências: considerações sobre entrevista investigativa aplicado na investigação criminal. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, 8, 489-510.



Procedimentos falhos também são frequentes no reconhecimento de pessoas<sup>3</sup>. Um estudo da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro mostrou que, em apenas um ano, 58 pessoas inocentes, sendo 70% delas negras, foram indevidamente reconhecidas como autoras de crimes que não cometeram<sup>4</sup>.

Erros em oitivas, interrogatórios e reconhecimentos vêm sendo estudados há mais de cinco décadas por pesquisadores internacionais. Esse extenso corpo de evidências, ancorado na Psicologia Cognitiva, aponta os procedimentos que aumentam o risco de erro e aqueles que favorecem a obtenção de provas mais confiáveis. A Psicologia Cognitiva investiga como indivíduos percebem, processam, compreendem e recordam informações, sejam eles vítimas, testemunhas, suspeitos ou profissionais do sistema de justiça e segurança pública.

A aplicação dos conhecimentos da Psicologia Cognitiva tem promovido mudanças significativas em sistemas de

justiça ao redor do mundo, com a criação de protocolos, normativas e treinamentos alicerçados em evidências científicas e em consonância com os direitos humanos. No Brasil, o CogJus atua justamente para impulsionar esse diálogo transformador entre cognição e justiça, promovendo a adoção de práticas investigativas mais eficazes e respeitosas.

Para oitivas e interrogatórios, o CogJus propõe a substituição de métodos coercitivos e de perguntas sugestivas pela **Entrevista Investigativa**, uma abordagem baseada na construção de confiança (rapport) e questionamentos eficazes. Essa metodologia busca não apenas fortalecer a atuação policial, mas também assegurar o respeito ao devido processo legal, tendo sido recomendada por policiais de diversos países, organismos internacionais, e pelos Princípios sobre Entrevistas Eficazes para Investigação e Coleta de Informações (Princípios Méndez)<sup>5</sup>.

3 Stein, L. M., & Ávila, G. N. (2015). Avanços científicos em psicologia do testemunho aplicados ao reconhecimento pessoal e aos depoimentos forenses (Série Pensando Direito, No. 59). Secretaria de Assuntos Legislativos, Ministério da Justiça.

4 West, E., & Meterko, V. (2015). Innocence project: dna exonerations, 1989-2014: Review of data and findings from the first 25 years. *Albany Law Review*, 79(3), 717-795.

5 APT – Associação para a Prevenção da Tortura. (2021). Princípios sobre entrevistas eficazes para investigações e coleta de informações. <https://www.apt.ch/pt/pt/node/3101/principios-sobre-entrevistas-eficazes>



O CogJus também defende a aplicação de métodos adequados para o **Reconhecimento de Pessoas**, com foco na obtenção de indícios e provas por meio da memória de testemunhas. Isso inclui a padronização de procedimentos, desde as instruções fornecidas até a forma como os suspeitos são apresentados e as respostas são registradas. Estas práticas, fundamentadas em evidências científicas, estão alinhadas com normativas nacionais recentes, como a Resolução nº 484 do Conselho Nacional de Justiça.

A atualização e padronização dos procedimentos, com base na Ciência Cognitiva, representam um caminho concreto para um sistema mais justo e eficaz. A experiência internacional comprova a efetividade dessas práticas, que agora ganham força no Brasil por meio da **colaboração entre pesquisadores, profissionais da justiça e da segurança pública**. A oferta de treinamentos regulares e fundamentados na ciência contribui para a consolidação de um sistema que respeita os direitos humanos e promove eficácia na aplicação da lei.



# Nossa equipe



**William Weber  
Ceconello**

**Coordenador Geral e  
Supervisor de  
Implementação**

Coordena e monitora a implementação dos projetos. Articula parcerias nacionais e internacionais.



**Lilian Milnitsky  
Stein**

**Consultora Sênior**

Supervisiona o desenvolvimento de currículos, pesquisas e treinamentos.



**Denis Lino**

**Coordenador de Pesquisa e  
Supervisão**

Planeja e conduz pesquisas e apoia a elaboração de práticas pedagógicas



**Fernando H. Guzzi**

**Desenvolvedor de Conteúdo  
e Supervisor de Treinamento**

Cria e revisa materiais de capacitação, auxilia na condução de treinamentos.



**Arielle Sagrillo  
Scarpatti**

**Pesquisadora Especialista em  
Crimes de Gênero**

Desenvolve materiais sobre trauma e gênero, auxilia na condução de treinamentos e eventos.



**Mônica Bernardes**

**Coordenadora de  
Implementação e Avaliação**

Apoia o desenvolvimento pedagógico e ferramentas de avaliação, auxilia na condução de treinamentos e eventos.



**Emanuélly Fátima  
Katzer**

**Assistente de Projetos e  
Suporte Geral**

Apoio logístico e técnico a eventos e treinamentos. Auxilia na produção e revisão de materiais.

# Como atuamos

Nossa atuação se dá em dois eixos principais:

1

## Formação / educação e treinamento

Oferecemos e incentivamos a criação de programas de treinamento especializados em Técnicas de Entrevista Investigativa e Reconhecimento de Pessoas. O objetivo é incentivar a coleta de informações de maneira ética e eficiente, com ênfase na compreensão dos fundamentos científicos por trás do testemunho. Além disso, desenvolvemos palestras, manuais e materiais de treinamento (ex: videoaulas, exercícios), para oferecer aos profissionais acesso a práticas fundamentadas cientificamente.

2

## Avaliação e Pesquisa

Desenvolvemos materiais de avaliação utilizando métodos diretos e indiretos para medir o impacto das nossas intervenções. Assim, produzimos estudos quantitativos e qualitativos junto de instrutores e profissionais de academias de polícia civil visando melhorar a eficiência das práticas. Nossa contribuição para a pesquisa acadêmica expande o entendimento sobre Entrevista Investigativa e tópicos relacionados, oferecendo benefícios não apenas para os profissionais da aplicação da lei, mas também para o campo da justiça criminal através de novos dados e perspectivas.

# Onde atuamos

Recentemente, expandimos o alcance geográfico de nossas ações. Atuamos em parceria com profissionais e instituições de polícia judiciária de todas as regiões brasileiras.



**Estados:** Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Sergipe, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima.

# Projetos e ações

## Acompanhamento de Entrevistas Investigativas no Brasil

O projeto central que abarca nossos dois eixos é voltado ao fortalecimento da Entrevista Investigativa como prática técnica e ética no sistema de justiça brasileiro. Essa iniciativa articula formação, avaliação, produção de materiais didáticos e apoio institucional.

### Objetivo

Fortalecer a adoção de técnicas de Entrevista Investigativa, baseadas em evidências e em direitos humanos nas forças policiais brasileiras, promovendo o alinhamento aos **Princípios de Méndez**.

### Princípios Méndez

Também conhecidos como Princípios sobre Entrevistas Eficazes para Investigação e Coleta de Informações, são um conjunto de diretrizes que visam melhorar a qualidade e a legitimidade das entrevistas realizadas em investigações e outros contextos de coleta de informações. São baseados em ciência, direito e ética, e propõem uma alternativa aos métodos de interrogatório coercitivos e baseados em confissões.



## Impacto

Capacitação de novos multiplicadores em **25 estados** brasileiros e Distrito Federal, e auxílio na implementação em 8 estados brasileiros, com formações, oficinas, encontros e acompanhamento local das práticas.

Desde o início de nosso projeto:

- Apoiamos o desenvolvimento de um currículo nacional com módulos e conteúdos baseados na Psicologia do Testemunho;
- Criamos materiais didáticos inéditos, como vídeos simulados, manuais e formulários de avaliação;
- Trabalhamos na integração entre prática e pesquisa, com coleta e análise de dados em entrevistas simuladas;





## Grupo de Professores Supervisores (GPS)

Para que o acompanhamento de Entrevistas Investigativas no Brasil seja possível, articulamos parcerias com profissionais de polícia judiciária, formando:

**uma rede nacional de instrutores de academias de polícia estaduais, com papel estratégico na multiplicação da Entrevista Investigativa dentro das instituições públicas. O GPS atua como elo entre o CogJus e os estados, adaptando as formações às realidades locais.**



### Surgimento

Foi por meio das primeiras formações realizadas pelo CogJus que a ideia de formar um Grupo de Professores Supervisores (GPS) surgiu. Inicialmente, criou-se um curso com objetivo capacitar oito instrutores das Academias de Polícia que realizaram a formação do CogJus e estavam interessados em aprimorar suas habilidades de ensino em técnicas de Entrevista Investigativa em seus respectivos estados. O grupo se expandiu e diversas ações foram realizadas, como seminários com especialistas internacionais e a construção coletiva de um currículo nacional padronizado para o ensino da Entrevista Investigativa no Brasil.

Nesse contexto, o GPS revela-se como uma proposta inovadora ao promover, pela primeira vez, um **espaço estruturado de compartilhamento**



**entre policiais de diferentes estados brasileiros sobre o ensino de técnicas científicas para a coleta de depoimentos.** Ao reunir profissionais com diferentes formações e realidades institucionais, o GPS **fortalece uma rede nacional**, ampliando a mudança nas práticas de entrevista.

Até 2024, o GPS reuniu professores de academias de oito estados brasileiros: Acre, Tocantins, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Os instrutores se reúnem mensalmente para discussões aprofundadas sobre a integração e o ensino da Entrevista Investigativa nos currículos de suas academias.



### Ações GPS 2024

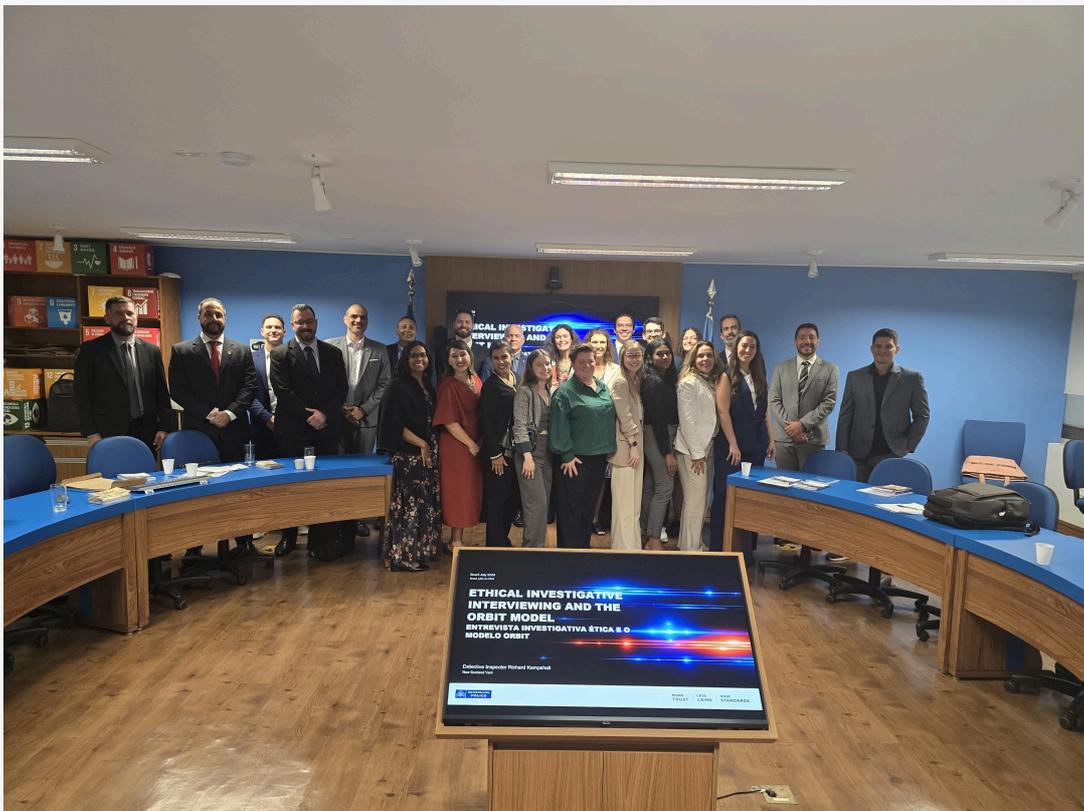
Em 2024, buscamos expandir o grupo, ampliando participantes para atuação em oito estados, alcançando as **cinco regiões do país** e avançando na paridade de gênero, com sete mulheres entre seus quinze membros. A expansão do grupo e o avanço na paridade de gênero fortalecem a capacidade de atuação da iniciativa e a

sensibilidade às diferentes realidades do país. Alinhado aos objetivos de apoio contínuo e capacitação definidos para 2024, o GPS realizou, durante o primeiro semestre do ano, **grupos temáticos de estudo voltados para áreas específicas da entrevista investigativa.** Esses grupos foram criados para atender a demandas de instrutores policiais por auxílio em técnicas avançadas, especialmente na condução de entrevistas com suspeitos não cooperativos e com crianças, além de contribuir para a implementação e avaliação do currículo compartilhado.

Outra ação realizada foi uma **sessão de treinamento sobre o modelo ORBIT** (Observing Rapport-Based Interpersonal Techniques) para o grupo docente do GPS, conduzida por um especialista na sede da ONU (UNODC). O evento incluiu uma introdução teórica à abordagem ORBIT, demonstração prática da técnica, oficinas interativas e sessão de perguntas e respostas. Os participantes aprofundaram seus conhecimentos em métodos de entrevista baseados em rapport e comunicação empática, praticando técnicas avançadas para lidar com suspeitos não colaborativos.



## Registro da sessão de treinamento sobre o modelo ORBIT realizado na sede da ONU em julho de 2024



Para avaliar o impacto das atividades do GPS e mapear os treinamentos realizados ao longo do ano, foi aplicado um questionário aos instrutores que compõem o grupo. A pesquisa **coletou informações sobre os treinamentos em Entrevista Investigativa e Depoimento Especial**, abrangendo as-

pectos como o número de participantes, os modelos de treinamento aplicados e a participação dos instrutores como facilitadores ou estruturadores.



**Tabela 1 – Número de profissionais treinados em Entrevista Investigativa e Depoimento Especial em cada estado**

<b>Estado</b>	<b>Entrevista Investigativa</b>	<b>Depoimento Especial</b>
São Paulo	3.700	3.540*
Santa Catarina	75	20
Acre	350	0
Bahia	1.269	0
Tocantins	200	30
Goiás	258	22*
Paraná	100	0
Rio de Janeiro	640	80
<b>Total</b>	<b>6.242</b>	<b>3.692</b>

\*Os 3.540 policiais que participaram do treinamento em Depoimento Especial em São Paulo e Goiás também participaram do treinamento em Entrevistas Investigativas, portanto, esses números se repetem.

As atividades realizadas em 2024 estão diretamente relacionadas aos objetivos iniciais do GPS, que incluem a promoção da educação continuada, o desenvolvimento de materiais didáticos, o estímulo à colaboração interdisciplinar e o apoio à avaliação e manutenção da qualidade do ensino. Nesse contexto, o CogJus visou atender à demanda por suporte contínuo e

qualificação dos membros do grupo, especialmente em técnicas avançadas de entrevista investigativa. Ao capacitar e dar suporte aos participantes para implementar essas práticas em seus estados, o GPS também fortaleceu seu compromisso com a disseminação nacional de métodos alinhados aos direitos humanos e aos Princípios de Méndez.



Em 2024, foi consolidada uma parceria entre o CogJus, Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a Convention Against Torture (CTI), e o Norwegian Centre for Human Rights (NCHR), resultando na realização do Seminário Internacional sobre Audiências e Interrogatórios Policiais: Gerando Resultados, Garantindo Direitos e Protegendo Pessoas nos dias 30 e 31 de julho, em Brasília.

### **Seminário Internacional sobre Audiências e Interrogatórios Policiais: Gerando Resultados, Garantindo Direitos e Protegendo Pessoas**



Registro do Seminário realizado no Ministério da Justiça em julho de 2024.

O evento reuniu representantes dos 27 estados, e teve como principal objetivo promover a incorporação da Entrevista Investigativa como disciplina regular nas academias de polícia do Brasil. O seminário foi dividido em dois dias e seguiu uma metodologia expositiva, com apresentações técnicas, mesas-redondas e discussões temáticas. As discussões foram organizadas em quatro eixos principais: formação e sensibilização, métricas de impacto, materiais de ensino e avaliação pedagógica.

A participação de representantes de todos os estados brasileiros resultou em propostas concretas para a adoção da técnica, incluindo definições claras sobre necessidades de treinamento, métricas de impacto, materiais de ensino e estratégias de avaliação. O envolvimento de entidades parceiras e especialistas internacionais contribuiu para a disseminação das Entrevistas Investigativas e dos Princípios de Méndez no Brasil.



# FiTE – Formação Inicial em Técnicas de Entrevista Investigativa

O FiTE é um programa de formação online em Entrevista Investigativa, com foco na **sensibilização de profissionais da segurança pública para o uso de técnicas éticas e cientificamente fundamentadas na condução de entrevistas com vítimas, testemunhas e suspeitos**. Para muitos instrutores de academias de polícia, o FiTE representou o primeiro contato formal com a Entrevista Investigativa antes de iniciarem sua atuação como multiplicadores da técnica.

Em 2024, o público-alvo da formação foi composto especialmente por professores que participaram do “Seminário Internacional sobre Audiências e Interrogatórios Policiais: Gerando Resultados, Garantindo Direitos e Protegendo Pessoas”. Participaram 32 profissionais da Polícia Civil de 21 estados brasileiros. 27 destes responderam a

questionários sobre seus conhecimentos e percepções em entrevistas com vítimas, testemunhas e suspeitos, os quais terão seus resultados apresentados a seguir.

Com relação às percepções dos participantes sobre como entrevistas com vítimas e testemunhas devem ser conduzidas, após o FiTE, eles demonstraram menor concordância com técnicas inadequadas como utilizar a intuição, perguntas fechadas e detecção de mentiras por meio de comportamento não verbal. Além disso demonstraram maior aderência a técnicas recomendadas como rapport e uso de perguntas abertas.



**Tabela 2 – Concordância de policiais (1 - Discordo totalmente; 5 - Concordo totalmente) acerca de práticas de Entrevistas com Vítimas e Testemunhas ou com Suspeitos antes e após o FiTE**

Afirmações	Vítimas/ Testemunhas Pré	Vítimas/ Testemunhas Pós	Suspeitos Pré	Suspeitos Pós
Planejar tópicos da entrevista antes de iniciar	<b>4.81 (0.40)</b>	<b>5.00 (0.00)</b>	4.93 (0.27)	5.00 (0.00)
Intuição é ferramenta valiosa para entrevista	<b>3.00 (1.18)</b>	<b>2.30 (1.14)</b>	<b>2.96 (1.19)</b>	<b>2.19 (1.14)</b>
Tempo para criar boa relação (rapport)	<b>3.59 (1.19)</b>	<b>4.33 (0.78)</b>	<b>3.78 (1.09)</b>	<b>4.26 (0.90)</b>
Demonstrar interesse e não interromper	<b>4.56 (0.70)</b>	<b>4.93 (0.27)</b>	<b>4.33 (0.83)</b>	<b>4.81 (0.40)</b>
Oportunidade para entrevistado expor sua versão, mesmo contra evidências	<b>4.22 (0.75)</b>	<b>4.59 (0.50)</b>	<b>4.37 (0.88)</b>	<b>4.74 (0.45)</b>
Priorizar perguntas abertas	<b>4.63 (0.56)</b>	<b>4.93 (0.27)</b>	<b>4.30 (0.87)</b>	<b>4.93 (0.27)</b>
Priorizar perguntas fechadas	<b>1.74 (1.13)</b>	<b>1.15 (0.36)</b>	<b>2.04 (1.19)</b>	<b>1.15 (0.36)</b>
Detecção de mentira pela linguagem corporal	<b>3.07 (1.27)</b>	<b>2.00 (1.00)</b>	<b>3.04 (1.34)</b>	<b>2.00 (1.00)</b>
Interromper entrevistado se achar que oculta informações ou mente	2.26 (1.20)	1.70 (1.10)	<b>2.11 (1.15)</b>	<b>1.37 (0.49)</b>
Planejar entrevista para obter confissão	-	-	<b>3.07 (1.33)</b>	<b>1.81 (1.08)</b>
Apresentar evidências antes do relato do suspeito	-	-	<b>2.04 (1.16)</b>	<b>1.26 (0.59)</b>
Deixar claro ao suspeito que sabe que ele é culpado	-	-	<b>1.74 (1.02)</b>	<b>1.19 (0.40)</b>



Uma análise das respostas dos participantes quanto a sua percepção da Aplicação de Entrevista Investigativa em seus estados aponta que muitos participantes reconheceram que algumas das práticas ensinadas, como relato livre, rapport e perguntas abertas, já são aplicáveis em seus contextos. Os desafios para a implementação prática e o ensino da Entrevista Investigativa foram amplamente discutidos. Entre os principais obstáculos estão a resistência cultural, especialmente

entre funcionários mais antigos, e a falta de infraestrutura e pessoal. No que diz respeito à educação, os participantes destacaram a necessidade de maior investimento em treinamento, tanto na formação inicial quanto na educação continuada.

Por fim, o interesse em parcerias com o CogJus foi amplamente demonstrado. A parceria é vista como uma oportunidade de expandir treinamentos e promover uma cultura mais humanizada nas práticas policiais.

## Depoimentos de policiais participantes do FiTe 2024

*Aqui no Meu estado, o sistema é filmado, por isso agora estou usando relato livre e perguntas no final.*

*O maior desafio aqui no meu estado certamente será mudar hábitos arraigados, convencer os colegas da real necessidade de aplicar as técnicas.*



## Depoimentos de policiais participantes do FiTe 2024

*O CogJus seria muito importante para ajudar a qualificar nosso estado, colaborando em projetos que tragam conhecimento e ciência moderna sobre entrevistas investigativas para todos os policiais civis.*

*Esse tema nunca foi ensinado em cursos de formação, então será necessário 'começar do zero'.*

O Treinamento Inicial em Técnicas de Entrevista Investigativa (FiTE) tem sido a principal porta de entrada do CogJus nas academias de polícia e a fonte de parcerias que têm surgido. O alcance do FiTE em 2024 cobriu quase todo o território nacional, permitindo que as técnicas de Entrevista Investigativa fossem **conhecidas por membros multiplicadores nas forças policiais em todas as regiões do Brasil**.

A eficácia do FiTE para a construção de parcerias depende de seu planejamento,

execução e impacto. A partir dos resultados comparativos de pré e pós-teste, podemos confirmar que o FiTE teve o impacto esperado. Isso é evidente no número de mudanças significativas alcançadas na forma como os profissionais pensam sobre sua própria prática. Verificamos que os participantes estavam mais motivados a utilizar perguntas apropriadas em uma entrevista, buscar coletar informações em vez de confissões, usar rapport com todos os seus entrevistados e aplicar técnicas baseadas em evidências para tomar decisões durante a entrevista.



## Treinamento em Reconhecimento de Pessoas

A formação em reconhecimento de pessoas é oferecida a policiais civis sobre como conduzir procedimentos de forma científica. Em 2024, foram realizadas formações em parceria com Academia de Polícia Civil de Santa Catarina. O objetivo foi oferecer treinamento técnico e padronizado para evitar erros de identificação e aprimorar os procedimentos de reconhecimento de testemunhas.

Três sessões de treinamento foram realizadas. A primeira foi conduzida com 12 policiais do grupo GPS de diferentes estados, com o objetivo de coletar feedback sobre a necessidade de melhorias. A segunda sessão foi realizada com 55 profissionais da Polícia Civil de Santa Catarina. Por fim, uma terceira sessão foi conduzida para 48 policiais de Santa Catarina, mas com convite para outras forças policiais civis brasileiras participarem, contando com 16 policiais de outros estados, totalizando 54 alunos.

Os treinamentos incluíram atividades práticas e avaliação de desempenho antes e após a formação. Uma das tarefas aplicadas foi a construção de reconheci-

mentos fotográficos (mock-lineups) antes e após o treinamento, com o objetivo de verificar a capacidade dos participantes em aplicar critérios técnicos para elaboração de um alinhamento justo e conforme as diretrizes científicas.



O percentual de alinhamentos corretos, compostos por um único suspeito e fillers compatíveis com a descrição da testemunha – **aumentou de 37% para 60% após o treinamento**. Também foi avaliada a qualidade das instruções que os policiais redigiram para serem fornecidas à testemunha antes do procedimento. As instruções têm papel fundamental na proteção contra vieses, no reforço da autonomia da testemunha e na confiabilidade do reconhecimento.



Após o treinamento, observou-se aumento expressivo na frequência de menção das principais instruções recomendadas pela literatura científica:

**Tabela 3 - instruções que os policiais participantes forneceria à testemunha antes do procedimento.**

Instrução	Antes (%)	Depois (%)
O autor pode não estar presente	45%	100%
Não é obrigado a identificar um rosto	50%	95%
A investigação continuará independentemente da resposta	25%	90%
Pode dizer que não sabe	10%	20%
Após o reconhecimento será coletada a confiança da vítima	25%	50%

Ao final da formação, foi solicitado aos participantes que avaliassem o curso e compartilhassem suas impressões. Os feedbacks recebidos reforçam a qualidade técnica da formação, sua relevância institu-

cional e o impacto prático nas rotinas de trabalho. Os participantes destacaram a profundidade dos temas abordados, o domínio técnico dos instrutores e a didática adotada durante as aulas. A clareza



na apresentação dos conteúdos assimilação e reforçou a credibilidade científica da formação. Foi ressaltada a relevância da formação para o fortalecimento das práticas policiais. Muitos participantes sugeriram a institucionalização do curso, apontando que o conteúdo deveria ser obrigatório nas academias e nos treinamentos continuados. Por fim, houveram relatos consistentes de que o curso provocou reflexões importantes sobre os procedimentos adotados nas delegacias. O conhecimento adquirido foi percebido como aplicável e transformador, com potencial para elevar a qualidade das investigações conduzidas.



## Conclusão

O treinamento em Reconhecimento de Pessoas demonstrou impacto positivo na qualificação técnica dos profissionais, promovendo alinhamento às diretrizes científicas e éticas. Os resultados apontam melhorias na construção dos lineups e nas instruções fornecidas às testemunhas, contribuindo para procedimentos mais justos e confiáveis. O feedback dos participantes reforça a relevância prática do curso e sugere seu potencial para integração na formação policial e padronização em nível nacional.

***Curso excelente, nos permite ver o quanto temos a aprender e implementar de forma padronizada em nossas delegacias.***

***O curso de Entrevista Investigativa e este curso, na minha opinião, deveriam ser obrigatórios para todos os policiais civis, entraríamos em um novo e mais elevado nível institucional.***

***O curso oferece informações suficientes para que possamos adaptar nossas práticas de forma técnica, baseada no conhecimento científico.***



## Apoio na criação de um POP de Depoimento Especial para a Polícia Civil de Goiás

Em parceria com a Polícia Civil do Estado de Goiás, o CogJus contribuiu para a elaboração de um Procedimento Operacional Padrão (POP) voltado à realização do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. A iniciativa busca preencher lacunas existentes na aplicação da Lei nº 13.431/2017, que prevê a escuta qualificada com base em técnicas reconhecidas cientificamente. O documento sistematiza diretrizes baseadas em evidências da Psicologia Cognitiva e do Testemunho, garantindo maior segurança

jurídica, proteção dos direitos das vítimas e eficácia na produção de provas.

A construção do POP foi viabilizada por meio de uma articulação com os policiais de Goiás. A partir da experiência já consolidada em formação de entrevistas investigativas, a parceria permitiu o desenvolvimento de treinamentos específicos sobre depoimento especial, fortalecendo o compromisso institucional com práticas baseadas em evidências e respeito aos direitos humanos.



# Participação em Eventos

## Eventos Internacionais



### Investigative Interviewing for Fair and Effective Administration of Justice

O CogJus participou do Professional Training Workshop – Investigative Interviewing for Fair and Effective Administration of Justice, realizado de 22 a 24 de abril de 2024, no Suriname. Organizado pela Convention Against Torture Initiative (CTI) em parceria com o Norwegian Centre for Human Rights (NCHR), o evento teve como foco a formação de forças de segurança por meio de práticas investigativas éticas e não coercitivas.



Durante três dias, o treinamento abordou a Entrevista Investigativa como alternativa fundamentada em evidências, com ênfase na construção de rapport e no respeito aos direitos humanos. O conteúdo foi adaptado ao contexto jurídico local, promovendo a qualificação de oficiais de diferentes níveis hierárquicos.

A iniciativa contribuiu para a disseminação internacional da técnica, fortalecendo laços institucionais e o compromisso com uma justiça mais eficaz.



## UNCOPS 2024

Durante a quarta edição da Cúpula da ONU de Chefes de Polícia (UNCOPS), realizada na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, o CogJus participou de um painel sobre entrevistas investigativas e direitos humanos. O evento teve como foco a apresentação do Manual da ONU e a promoção de práticas investigativas seguras, eficazes e alinhadas ao estado de direito. Representamos o Brasil ao lado de especialistas internacionais e de Juan E. Méndez, ex-Relator Especial da ONU sobre Tortura. A participação do CogJus reforçou sua presença estratégica em debates internacionais e contribuiu para ampliar o diálogo sobre ética e eficácia nas práticas investigativas.



**Registro da Cúpula da ONU de Chefes de Polícia (UNCOPS), realizada em maio de 2024 em Nova Iorque, EUA.**



## CCPCJ Side-event – Cooperation Towards Enhanced Justice: Advancing Investigative Interviewing Practices



**Registro da 33ª Sessão da Comissão da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (CCPCJ), realizada em maio de 2024 em Viena.**

Na 33ª Sessão da Comissão da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (CCPCJ), realizada nos dias 13 a 17 de maio de 2024 em Viena, o CogJus participou de dois eventos paralelos dedicados à Entrevista Investigativa, ao lado de representantes da Tailândia, Gana, Alemanha e Noruega. O evento destacou essa abordagem como uma prática eficaz, ética e compatível com os direitos humanos na escuta de vítimas, testemunhas e suspeitos. Com foco nas experiências práticas de países como Tailândia, Noruega e Brasil, as discussões enfatizaram os esfor-



ços conjuntos e as aspirações compartilhadas por uma reforma da justiça baseada em métodos investigativos não coercitivos.

Durante o evento, o CogJus apresentou a trajetória brasileira, sublinhando como a Entrevista Investigativa tem contribuído para investigações mais eficazes, humanas e baseadas em evidências. A participação reforçou o reconhecimento internacional do Brasil como referência no tema e ampliou as perspectivas de cooperação técnica internacional para o fortalecimento de práticas éticas na justiça criminal.

A exposição abordou os impactos da técnica nas investigações criminais, destacando a importância da adaptação ao contexto jurídico e institucional brasileiro.



### **The Police, Investigative Interviewing and Human Rights: Legal, Psychological and Practical Aspects**

De 22 a 24 de maio de 2024, o CogJus participou da conferência internacional realizada na Hochschule der Polizei des Landes Brandenburg, em Oranienburg, região metropolitana de Berlim, Alemanha. Representando o Brasil no Workshop “Investigative Interviewing and Police Practice”, os representantes do CogJus William Ceconello e Fernando Fuzzi apresentaram os avanços e desafios na adoção da Entrevista Investigativa no país.



**Registro da conferência internacional realizada na Hochschule der Polizei des Landes Brandenburg, em Oranienburg em maio de 2024.**

A conferência reuniu especialistas internacionais das áreas do Direito, Psicologia, Segurança Pública e Direitos Humanos para discutir os fundamentos, limitações e efeitos da Entrevista Investigativa. Os debates também abordaram os Princípios de Méndez, o tratamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e a formação de policiais para atuação ética e eficaz.



A participação do CogJus reforçou o compromisso institucional com práticas baseadas em evidências e com a promoção dos direitos humanos no sistema de justiça. O evento também proporcionou oportunidades de articulação para parcerias futuras em pesquisa, formação e cooperação técnica internacional.



### **CTI Workshop – Human Rights-Compliant Policing and Investigative Interviewing in the Caribbean**

De 10 a 12 de dezembro de 2024, o CogJus participou do workshop técnico promovido pela Convention against Torture Initiative (CTI), realizado em Nassau, capital das Bahamas. Representando o Brasil, William Weber Ceconello e Fernando H. Guzzi apresentaram as experiências do CogJus na implementação da Entrevista Investigativa no contexto brasileiro, destacando a construção de currículos nacionais, a formação de instrutores e a articulação interinstitucional para consolidar práticas baseadas em evidências e alinhadas aos direitos humanos.



**Registro do CTI Workshop – Human Rights-Compliant Policing and Investigative Interviewing in the Caribbean, realizado em dezembro de 2024 em Nassau, Bahamas.**

O evento reuniu representantes das principais agências de segurança pública de Estados caribenhos, além de especialistas internacionais, para discutir desafios e boas práticas no policiamento compatível com os direitos humanos. A programação incluiu sessões sobre os Princípios de Méndez, o uso de ferramentas da CTI para o fortalecimento institucional e estratégias para prevenir a tortura por meio de metodologias investigativas éticas. A participação do CogJus fortaleceu a visibilidade internacional da experiência brasileira e ampliou possibilidades de cooperação técnica e intercâmbio entre países do Sul Global.



## Eventos Nacionais



### Simpósio Online – Psicologia do Testemunho no Sistema de Justiça

Nos dias 25 e 26 de setembro, o CogJus promoveu um simpósio virtual gratuito com especialistas nacionais e internacionais. O evento reuniu mais de 800 inscritos e teve como foco o uso da Psicologia do Testemunho para qualificar procedimentos como reconhecimento de pessoas e entrevistas com vítimas.

A programação incluiu palestras sobre falsas memórias com o Dr. William Weber Ceconello e Dra. Lilian Milnitsky Stein (CogJus), vulnerabilidades - , entrevistas com crianças e mulheres vítimas de violência, com a MSc. Mayra Zavattaro (TJPR) e Dra. Arielle Sagrillo Scarpati (CogJus) bem como o reconhecimento de pessoas, abordado por Dora Cavalcanti (Innocence Project). Os debates destacaram a importância da técnica e trouxeram diferentes perspectivas – da Psicologia, do Direito e da Magistratura.

COGJUS

SIMPÓSIO

## Psicologia do Testemunho Aplicada ao Sistema de Justiça





### III Congresso Internacional de Direitos Humanos da Polícia Federal

Em setembro de 2024, o CogJus participou, em Brasília (DF), do III Congresso Internacional de Direitos Humanos da Polícia Federal. Durante o evento, o CogJus contribuiu com o Projeto Tapajós da ONU, promovendo a capacitação de 60 policiais federais. A formação abordou temas como acolhimento de vítimas de trauma e técnicas de entrevista investigativa. A atividade foi realizada em parceria com o UNODC, com foco em estratégias eficazes e humanizadas no enfrentamento ao tráfico de pessoas. O treinamento foi estruturado com base nas mais recentes evidências científicas e nos Princípios de Méndez.



Registro do III Congresso Internacional de Direitos Humanos da Polícia Federal, realizado em setembro de 2024 em Brasília, DF.



Registro do III Congresso Internacional de Direitos Humanos da Polícia Federal, realizado em setembro de 2024 em Brasília, DF.

O congresso integrou o Encontro Anual da Polícia Federal e reuniu cerca de 60 delegados de diversas regiões do país, com o objetivo de aprimorar práticas no combate ao tráfico de pessoas. A participação do CogJus concentrou-se na capacitação de delegados para o enfrentamento do tráfico para fins de trabalho forçado, com ênfase nos desafios associados à mineração ilegal na Amazônia. Entre os temas abordados estavam a identificação de casos de tráfico em áreas de mineração, os direitos das vítimas, os encaminhamentos adequados, o uso de indicadores em entrevistas e os impactos do trauma nas respostas das vítimas durante as investigações. As atividades práticas incluíram simulações de entrevistas, com análises conduzidas por especialistas.



## Oficina de Investigação Simulada de Casos de Tráfico de Pessoas

Em novembro de 2024, o CogJus participou da Oficina de Investigação Simulada de Casos de Tráfico de Pessoas, realizada em Pirenópolis (GO) e promovida pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). A atividade teve como objetivo fortalecer a capacidade institucional de investigação do crime de tráfico de pessoas, por meio da simulação de casos e da aplicação de boas práticas internacionais. O evento reuniu procuradores da República, procuradores do Trabalho, policiais federais, defensores públicos, auditores fiscais do trabalho e representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, promovendo um espaço de cooperação interinstitucional e de troca de experiências entre diferentes órgãos do sistema de justiça.

Os pesquisadores William Ceconello e Mônica Bernardes, representando o CogJus, abordaram a Entrevista Investigativa em contextos sensíveis, com ênfase na escuta qualificada e centrada nas vítimas. A participação incluiu também o apoio às atividades práticas da oficina, como interpretação de casos, entrevistas simuladas e elaboração de relatórios e peças acusatórias. A oficina integrou as ações do Projeto Tapajós, iniciativa do UNODC voltada à prevenção e ao enfrentamento do tráfico de pessoas e do trabalho escravo.



**Registro da Oficina de Investigação Simulada de Casos de Tráfico de Pessoas organizada pela UNODC Brasil, em Pirenópolis em novembro de 2024.**



## Programas com a participação do CogJus



### Falas Negras - TV Brasil

Em 20 de novembro de 2024, Dia da Consciência Negra, o CogJus participou de uma edição especial do programa Falas Negras, da TV Globo, dedicada ao debate sobre erros judiciais e reconhecimento fotográfico. A iniciativa teve como foco os riscos associados ao uso de procedimentos visuais falhos e à fragilidade da memória humana, especialmente em contextos marcados por viés racial. O programa destacou como práticas inadequadas de identificação podem contribuir para condenações equivocadas, atingindo de forma desproporcional pessoas negras. Em sua participação, o pesquisador William Cecconello ressaltou a relevância do uso de evidências científicas para qualificar o reconhecimento de pessoas e prevenir injustiças no sistema penal.



# Conclusão

O ano de 2024 marcou um período de amadurecimento e expansão para o CogJus. Ao longo dos meses, atuamos com determinação para levar práticas investigativas mais justas, técnicas e humanas a diferentes regiões do país. Seja nas salas de aula das academias de polícia, nos encontros entre instrutores, ou nas conferências nacionais e internacionais, nossa missão esteve presente: promover o uso da ciência como aliada da justiça.

Os resultados alcançados mostram que mudanças são possíveis quando construídas de forma colaborativa, com base em evidências e com respeito às realidades locais. As formações, materiais, parcerias e eventos descritos neste relatório são frutos de uma rede crescente de profissionais comprometidos com um sistema de justiça mais transparente, eficiente e humanizado.

Seguimos com a convicção de que esse caminho é contínuo e coletivo e manteremos nosso foco na qualificação de práticas, no fortalecimento de alianças e na escuta como ferramenta de transformação. O CogJus permanece firme em seu propósito de contribuir para um Brasil onde a palavra da vítima, testemunha ou pessoa suspeita seja coletada de maneira eficaz e ética.

